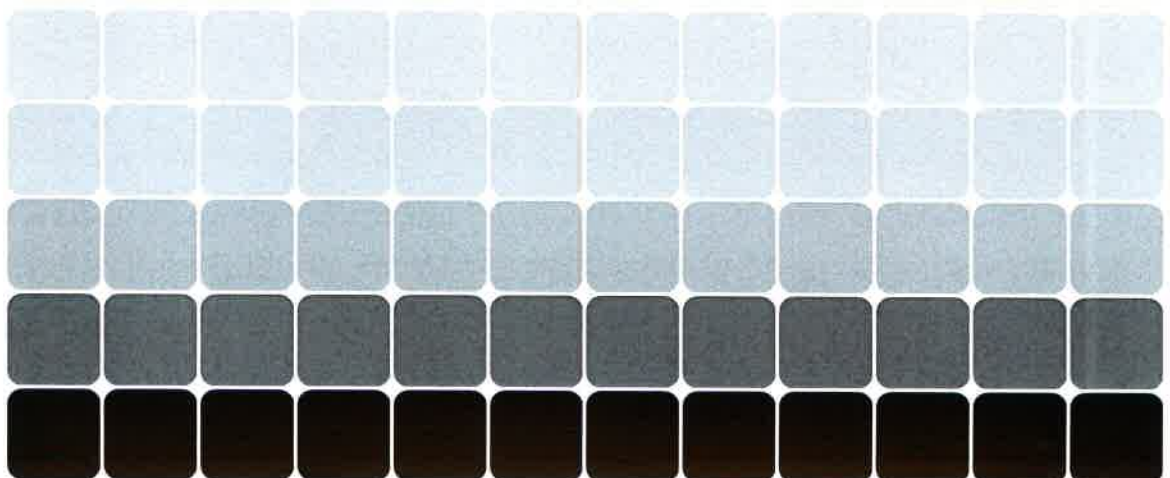
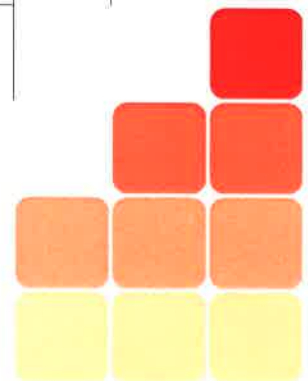
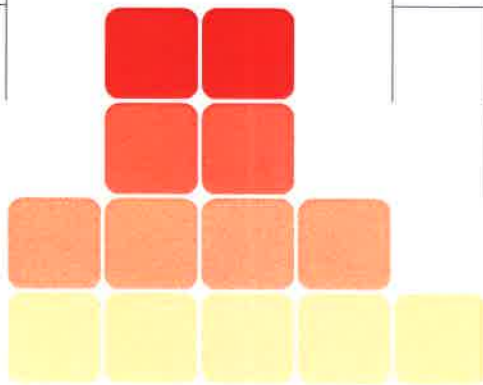


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatório de Atividades
2º Trimestre
2015





Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Exercício de 2015

Presidente

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Vice-Presidente

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

Corregedor

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Conselheiros

Conselheiro Antonio Roque Citadini
Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues
Conselheiro Renato Martins Costa
Conselheiro Robson Marinho

Audidores Substitutos de Conselheiro

Samy Wurman
Alexandre Manir Figueiredo Sarquis
Antonio Carlos dos Santos
Josué Romero
Silvia Monteiro
Valdenir Antonio Polizeli
Márcio Martins de Camargo

Ministério Público de Contas (MPC)

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral
Celso Augusto Matuck Feres Junior
Elida Graziane Pinto
João Paulo Giordano Fontes
José Mendes Neto
Leticia Formoso Delsin
Rafael Antonio Baldo
Renata Constante Cestari
Thiago Pinheiro Lima

Secretário Diretor-Geral

Sérgio Ciquera Rossi

Diretor Técnico de Departamento - DGA

Carlos Magno de Oliveira



SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO.....	5
2.	CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	5
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL.....	6
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL	7
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO	7
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	8
7.	CORPO DE AUDITORES.....	8
8.	DECISÕES SINGULARES.....	8
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - MPC.....	8
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO - PFE.....	8
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	9
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	9
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e, Jurisprudência (SDG-4).....	9
11.1.2.	DSF's I e II	10
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica - ATJ	10
11.1.4.	Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF:	10
11.1.5.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP.....	10
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	11
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	11
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	11
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	18
11.4.	OUVIDORIA	18
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	19
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	19
11.7.	REVISTA DO TCE.....	19
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	19
11.9.	CERIMONIAL	20
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)	6
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	7
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas Correntes.....	12
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas de Capital	13
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas Correntes	14
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas de Capital	15
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas Correntes.....	16
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Empenhado – Despesas de Capital	16
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas Correntes	17
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2015 – Realizado – Despesas de Capital	17



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993 e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas, no decurso do **segundo trimestre** do exercício de 2015.

No Relatório estão abrangidas as atividades relacionadas com a ação da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e seus Municípios, exceto o da Capital, bem como, os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

Dentre as atividades desenvolvidas no 2º trimestre deste ano, merece destaque a divulgação de levantamento sobre Editais de Licitação impugnados e analisados pelo Plenário em sede de 'Exame Prévio de Edital'. O relatório abrange os temas que são questionados com maior frequência, bem como as decisões proferidas com as respectivas determinações de correções e os números dos correspondentes processos. O objetivo principal é orientar os jurisdicionados para que não incorram em desacertos que possam vir a prejudicar o andamento das licitações que são lançadas e, por vezes, são suspensas em face de Representações.

As informações prestadas pela Corte de Contas se referem ao período compreendido entre janeiro a junho de 2015, servirão de fonte de orientação aos jurisdicionados, como também aos órgãos técnicos do TCE, e estão disponíveis para consulta na Internet.

Digno de menção o lançamento do novo Sistema de Gerenciamento de Multas, que oferece a possibilidade do interessado(a) optar pelo pagamento integral do débito, ou dividi-lo em parcelas iguais de, no mínimo, 151 UFESPs. A nova sistemática não só traz maior facilidade ao apenado, como também possibilita uma gestão mais eficiente das multas aplicadas pela Casa.

Também saliento a atuação da recém implantada Ouvidoria, que atendeu 386 solicitações enviadas pelo público em geral, desde o início de suas atividades, em 13 de abril, até o final do trimestre. Instituída pela Resolução Nº 03/2015 - DOE 12/03/2015 - a área vem trabalhando no sentido de facilitar o contato da sociedade com o Tribunal de Contas.


Cristiana de Castro Moraes
Presidente



1. CORPO DIRETIVO

No dia 30 de janeiro de 2015, tomaram posse para o mandato de um ano, os Conselheiros CRISTIANA DE CASTRO MORAES, Presidente, DIMAS EDUARDO RAMALHO, Vice-Presidente e, SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO:

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES – PRESIDENTE**
Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO - CORREGEDOR**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**
Conselheiro **ROBSON MARINHO.**

PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA**

SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**

2. CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo, do exercício de 2015, foi designado o eminente Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, de acordo com o disposto no Artigo 38 do Regimento Interno desta Corte.

As Contas do Governo referentes ao exercício de 2014 – relatadas pelo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho - foram examinadas pelo Tribunal Pleno em sessão ocorrida no dia 17 de junho, às 11h00.

Na votação do processo, conduzida em 2 (duas) etapas, o Tribunal aprovou, por unanimidade, a emissão de parecer favorável, com recomendações. Na sequência foi submetida ao plenário a proposta de inserção de ressalvas no parecer, as quais foram acatadas por maioria de votos.

O processo TC-788/026/14 foi encaminhado a essa Augusta Assembleia Legislativa em 04/08/2015.



3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 2º trimestre de 2015, foram distribuídos aos julgadores 2.392 processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	QUANTIDADE
Ações de Rescisão de Julgado	15
Acompanhamento de Concessões e Permissões	06
Apartados de Prefeitura Municipal	04
Aposentadorias	01
Auxílios, Subvenções e Contribuições	02
Balanços Gerais do Exercício	07
Contas de Câmaras Municipais	04
Contratos	309
Contratos de Gestão	01
Controle de Prazos - Resoluções e Instruções	200
Convênios – Repasses a Órgãos Públicos	03
Convênios – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Entidades	13
Pedidos de Revisão	12
Prestações de Contas – Rep. Público Terceiro Setor/Contrato de Gestão/ Termo de Parceria/ Convênio	92
Prestações de Contas – Repasses a Órgãos Públicos – Convênio Valor	150
Prestações de Contas – Repasses Público Terceiro Setor - Contrato de Gestão	18
Prestações de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Entidades Privadas - Convênio	35
Prestações de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Termos de Parceria	12
Prestações de Contas – Aux./Sub./Contrib. - Órgãos Públicos	17
Prestações de Contas – Aux./Sub./Contrib. Terceiro Setor	33
Prestações de Contas de Adiantamento	68
Prestações de Contas de Gestores Previdenciários Municipais	1
Recursos Ordinários	1360
Relatórios de Fiscalização	06
Representações	22
Termos de Parceria	01
TOTAL	2392



4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 2º trimestre de 2015, foram distribuídos **1893** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS - ABRIL A JUNHO - 2015									
MATÉRIA	RELATOR								TOTAL
	ECR	DER	ARC	RMC	RRM	SEB	GP	CA	
EPE (Exame Prévio de Edital)	87	93	90	91	87	89	0	0	537
PESSOAL	10	18	17	13	22	19	0	556	655
REPRESENTAÇÃO	5	3	4	0	6	6	0	0	24
CONTRATO	39	36	34	41	32	31	1	43	257
RECURSOS	18	22	13	16	22	17	11	2	121
RECURSOS PÚBLICOS	8	9	9	5	7	5	0	48	91
INOMINADO	35	34	20	28	33	29	12	14	205
AÇÕES	0	0	1	0	0	0	2	0	3
TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS									4285

5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 2º trimestre do presente exercício, foram realizadas **11 Sessões Ordinárias e 1 Extraordinária**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **530 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **639 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.
- Emitiu parecer às **Contas do Governador do Estado** relativas ao Exercício de 2014.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **04 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas reuniram-se **12 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **1153 processos pela Primeira Câmara e 1011 pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 2º Trimestre de 2015 tramitaram pelo Corpo de Auditores **7.140 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. Desses, **1.992 autos** receberam julgamento, enquanto **1.498** foram objeto de despacho de diferimento.

Consoante previsão legal, os Auditores substituíram os Senhores Conselheiros em **16 Sessões de Câmara** e em **14 sessões Plenárias**.

8. DECISÕES SINGULARES

No 2º trimestre de 2015 foram proferidas **4.016 sentenças singulares**, exaradas pelos Senhores Conselheiros e Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

9. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **24.540 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO - PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 2º Trimestre de 2015, a P.F.E se manifestou em **3.184 feitos**.



11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, se manifestou em **1.652** processos.

Além disto, objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Senhor Secretário-Diretor exarou 10 comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral.

Número	Assunto
24/2015	Comunicado nº 24/2015 - Quadro de pessoal e locação de frota
23/2015	Comunicado nº 23/2015 - Entidades e órgãos irregulares
22/2015	Comunicado nº 22/2015 - Plano Nacional de Educação (PNE)
21/2015	Comunicado nº 21/2015 - Consolidação dos balanços
20/2015	Comunicado nº 20/2015 - Entidades e órgãos irregulares
19/2015	Comunicado nº 19/2015 - Estudo sobre a incidência de alertas
18/2015	Comunicado nº 18/2015 - Execução orçamentária - procedimentos
17/2015	Comunicado nº 17/2015 - Volume de processos julgados no 1º trimestre
16/2015	Comunicado nº 16/2015 - Entidades e órgãos irregulares
15/2015	Comunicado nº 15/2015 - Procedimento experimental de exame seletivo de contratos, convênios, contratos de gestão, termos de parceria e atos jurídicos análogos celebrados pela Administração

11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e, Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, bem assim, pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.



Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **3.333 processos**, dos quais **237** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **1.555 certidões**. Desse quantitativo, **29** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **1.526** via INTERNET.

11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos 16.548 processos por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica - ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico Jurídica exarou **11.459 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

11.1.4. Centro de Apoio Estratégico da Fiscalização – CAEF:

Ao CAEF cabe a administração e provimento de condições técnicas e operacionais a fiscalização e a consequente relação com os jurisdicionados.

No trimestre, o Centro de Apoio Estratégico deu continuidade às ações relacionadas a programas e bancos de dados necessários para cumprimento dos objetivos, com ênfase aos seguintes: Tabela de Órgãos Fiscalizados, Planejamento e Controle da Fiscalização – PFIS, Portal do Cidadão, Portal da Transparência, e, por fim, cadastramento e acompanhamento dos dados abertos do TCESP no *site* do Governo Aberto-SP.

11.1.5. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema aumentou a agilidade nos trabalhos e a qualidade dos dados, e como consequência natural, elevou o grau de



eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas, em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No segundo trimestre de 2015 a Divisão de Auditoria Eletrônica – Audesp efetuou **1206 atendimentos** por meio de e-mails e **938** por telefone, que alcançaram questões referentes ao próprio Sistema AUDESP, bem como ao IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal, recentemente lançado por este Tribunal.

11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa), composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, se manifestou em **2.954** processos.

11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e despesa realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014, que *“Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2015”*, foi elaborado em observância à Lei nº 15.549, de 30 de julho de 2014 que *“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2015”*.

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 644.709.305,00**, sendo **R\$ 640.637.474,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos e **R\$ 4.071.831,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.0 15.549/14), o Decreto n.0 61.061, de 16 de janeiro de 2015, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2015) e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 21 de janeiro de 2015.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado - PODE é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2015 (Decreto n.0 61.061/2015) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.



Foram autorizadas, durante o primeiro semestre do presente exercício, antecipações de quotas no Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos, através da redução total de **R\$ 10.773.000,00 (dez milhões, setecentos e setenta e três mil reais)** da quota do mês de dezembro e a consequente suplementação nas quotas de janeiro, março, abril e junho com valores de **R\$4.891.000,00**, **R\$ 3.121.000,00**, **R\$ 1.150.000,00** e **R\$ 1.611.000,00**, respectivamente.

Nos meses de abril e junho foram autorizadas suplementações automáticas, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 - Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, através dos expedientes SAO nº 02001/2015-4-0005, no valor de **R\$2.000.000,00** e SAO n.º 02001/2015-4-0010, no valor de **R\$1.800.000,00** para atender despesas com o projeto JAVA, sob responsabilidade da PRODESP, no valor total de **R\$3.800.000,00**, até o final do exercício.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2015, bem como, a execução orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores empenhados e realizados até o mês de junho do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 20 do mês seguinte.

Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Fevereiro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Março	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Abril	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Maio	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Junho	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Julho	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Agosto	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Setembro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Outubro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Novembro	47.800.038	5.461.740	103.291		5.565.031	53.365.069
Dezembro	48.029.643	5.488.264	103.798	10	5.592.072	53.621.715
TOTAL	573.830.061	65.567.404	1.239.999	10	66.807.413	640.637.474

(Valores em R\$ 1)



Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2015 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Fevereiro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Março	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Abril	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Maio	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Junho	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Julho	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Agosto	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Setembro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Outubro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Novembro	83.300	255.881	1	339.182	53.704.251
Dezembro	83.700	257.120	9	340.829	53.962.544
TOTAL	1.000.000	3.071.811	20	4.071.831	644.709.305

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2015 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	52.691.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	58.256.069
Fevereiro	49.651.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	55.216.069
Março	49.070.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	54.635.069
Abril	48.950.038	5.461.740	2.103.291	-	7.565.031	56.515.069
Maio	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Junho	49.411.038	5.461.740	1.903.291	-	7.365.031	56.776.069
Julho	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Agosto	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Setembro	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Outubro	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Novembro	47.800.038	5.461.740	103.291	-	5.565.031	53.365.069
Dezembro	37.256.643	5.488.264	103.798	10	5.592.072	42.848.715
TOTAL	573.830.061	65.567.404	5.039.999	10	70.607.413	644.437.474